

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

CURSO DE **DIREITO**
INTERNACIONAL
PÚBLICO

11^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 11ª edição.

- Fechamento desta edição: 29.01.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M429c

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de Direito Internacional Público / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7931-7

1. Direito internacional público. I. Título.

18-47263

CDU: 341

1116404

Sumário

PARTE I TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – A Sociedade Internacional	3
1 O que é o Direito Internacional Público?.....	3
2 Sociedade e comunidade	4
3 Ordem jurídica da sociedade internacional.....	7
Seção II – Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público	10
1 Introdução	10
2 Origens históricas do Direito Internacional Público	10
3 As tendências evolutivas do Direito Internacional	14
4 O Direito Internacional Público nos dias atuais.....	18
5 O ensino do Direito Internacional Público.....	19
Seção III – Conceito, Denominações e Divisões.....	20
1 Conceito.....	20
a) <i>Crítério dos sujeitos intervenientes</i>	22
b) <i>Crítério das matérias reguladas</i>	22
c) <i>Crítério das fontes normativas</i>	22
2 Denominações	24
3 Divisões.....	26
4 Aplicação internacional e interna.....	28

Capítulo II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO ESTATAL

1 Propositura do problema.....	31
2 Dualismo	32
3 Críticas à doutrina dualista	36
4 Monismo.....	38
a) <i>Monismo nacionalista</i>	39
b) <i>Monismo internacionalista</i>	41
c) <i>Monismo internacionalista dialógico</i>	46
5 Doutrinas conciliatórias	48
6 As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno no direito constitucional comparado	48
a) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno sem disposição de primazia</i>	48

b) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno com a primazia do primeiro</i>	50
c) <i>Cartas Constitucionais que não contêm disciplinamento acerca das relações entre o Direito Internacional e o Direito interno</i>	54

Capítulo III

FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	55
2 Doutrinas.....	55
a) <i>Doutrina voluntarista</i>	56
b) <i>Doutrina objetivista</i>	57
3 Fundamento do Direito Internacional na norma <i>pacta sunt servanda</i>	58

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Fontes Primárias	63
1 Introdução	63
2 Fontes materiais e formais.....	64
3 Rol originário das fontes do Direito Internacional Público.....	65
4 Os tratados internacionais.....	68
5 O costume internacional	70
a) <i>Conceito de costume internacional</i>	71
b) <i>Elementos formadores do costume</i>	72
b.1) <i>Elemento material ou objetivo</i>	72
b.2) <i>Elemento psicológico ou subjetivo</i>	73
c) <i>Processos (clássico e contemporâneo) de formação do costume</i>	74
d) <i>Extensão geográfica do costume</i>	75
e) <i>Hierarquia entre costumes e tratados internacionais</i>	76
f) <i>Prova do costume</i>	77
g) <i>Interpretação do costume</i>	78
h) <i>O problema dos novos Estados</i>	79
i) <i>A (im)possibilidade jurídica da teoria do “objeto persistente”</i>	80
j) <i>Aplicação direta do costume internacional na ordem interna</i>	81
6 Os princípios gerais de direito	82
Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes.....	86
1 Introdução	86
2 Jurisprudência.....	87
3 Doutrina dos publicistas.....	90
4 Analogia e equidade.....	91
5 Atos unilaterais dos Estados.....	93
a) <i>Atos autonormativos</i>	97
b) <i>Atos heteronormativos</i>	98

6	Decisões das organizações internacionais.....	99
7	Atos unilaterais transnacionais.....	105
8	Obrigações erga omnes, jus cogens e <i>soft law</i>	107
	a) <i>As obrigações erga omnes</i>	108
	b) <i>O jus cogens internacional</i>	111
	c) <i>O fenômeno da soft law na atualidade</i>	116

Capítulo V DIREITO DOS TRATADOS

Seção I – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969.....	121	
1 Introdução.....	121	
2 Antecedentes históricos.....	122	
3 A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	124	
4 Desmembrando o conceito de tratado internacional.....	127	
	a) <i>Acordo internacional</i>	128
	b) <i>Celebrado por escrito</i>	129
	c) <i>Concluído entre Estados ou organizações internacionais</i>	130
	d) <i>Regido pelo Direito Internacional</i>	133
	e) <i>Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos</i>	134
5 Terminologia dos tratados.....	135	
	a) <i>Tratado</i>	136
	b) <i>Convenção</i>	136
	c) <i>Pacto</i>	137
	d) <i>Acordo</i>	137
	e) <i>Acordo por troca de notas</i>	137
	f) <i>Acordo em forma simplificada ou acordo do executivo</i>	138
	g) <i>“Gentlemen’s agreements”</i>	139
	h) <i>Carta</i>	140
	i) <i>Protocolo</i>	140
	j) <i>Ato ou ata</i>	140
	k) <i>Declaração</i>	140
	l) <i>“Modus vivendi”</i>	141
	m) <i>Arranjo</i>	141
	n) <i>Concordata</i>	141
	o) <i>Reversais ou notas reversais</i>	142
	p) <i>Ajuste ou acordo complementar</i>	142
	q) <i>Convênio</i>	142
	r) <i>Compromisso</i>	142
	s) <i>Estatuto</i>	142
	t) <i>Regulamento</i>	142
	u) <i>Código</i>	143
	v) <i>Constituição</i>	143
	w) <i>Contrato</i>	143

6	Estrutura dos tratados.....	143
	a) O título.....	144
	b) O preâmbulo ou exórdio.....	144
	c) O articulado (ou dispositivo).....	144
	d) O fecho.....	144
	e) A assinatura.....	144
	f) O selo de lacre.....	145
7	Classificação dos tratados.....	145
	a) Quanto ao número de partes.....	145
	b) Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão.....	148
	c) Quanto à possibilidade de adesão.....	150
	e) Quanto à execução no tempo.....	154
	g) Quanto à estrutura da execução.....	155
8	Processo de formação dos tratados.....	155
9	Desmembrando as fases internacionais da formação dos tratados.....	160
	a) As negociações preliminares.....	161
	b) A adoção do texto.....	163
	c) A autenticação.....	166
	d) A assinatura.....	167
	e) A ratificação.....	172
	f) A adesão.....	185
10	Reservas aos tratados multilaterais.....	188
	a) Conceito e formulação das reservas.....	189
	b) Limites às reservas.....	190
	c) Procedimento das reservas.....	193
	d) Distinção entre reservas e outros atos não reservativos.....	193
	e) Aceitação e objeção das reservas.....	194
	f) Efeitos das reservas.....	195
	g) O problema das reservas e das emendas no âmbito interno.....	196
11	Emendas e modificações aos tratados.....	199
12	Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados.....	202
	a) Entrada em vigor dos tratados.....	202
	b) Aplicação provisória dos tratados.....	203
13	Registro e publicidade dos tratados.....	204
14	Observância e aplicação dos tratados.....	206
	a) Observância (ou cumprimento) dos tratados.....	207
	b) Aplicação dos tratados (no tempo e no espaço).....	212
15	Interpretação dos tratados.....	214
	a) Regra geral de interpretação.....	215
	b) Meios suplementares de interpretação.....	217
	c) Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas.....	218
	d) Sistemas de interpretação.....	219

d.1)	<i>Interpretação internacional</i>	219
d.2)	<i>Interpretação interna</i>	220
d.3)	<i>Interpretação doutrinária</i>	221
e)	<i>A interpretação dos tratados de direitos humanos</i>	221
16	Os tratados e os terceiros Estados.....	222
a)	<i>Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva</i>	222
b)	<i>Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado</i>	223
c)	<i>Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados</i>	224
c.1)	<i>Tratados que criam obrigações para terceiros Estados</i>	224
c.2)	<i>Tratados que criam direitos para terceiros Estados</i>	225
17	Vícios do consentimento e nulidade dos tratados.....	226
a)	<i>Anulabilidade do consentimento</i>	227
b)	<i>Nulidade do consentimento</i>	229
c)	<i>Nulidade dos tratados</i>	229
18	O jus cogens e o tema da nulidade dos tratados.....	232
a)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens anterior</i>	233
b)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens posterior</i>	235
c)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena</i>	236
d)	<i>Procedimento relativo à nulidade ou extinção de tratado em conflito com norma de jus cogens</i>	237
19	A inconstitucionalidade dos tratados.....	239
a)	<i>Concepção constitucionalista</i>	239
b)	<i>Concepção internacionalista</i>	240
c)	<i>Concepção conciliatória</i>	241
d)	<i>A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969</i>	242
20	O conflito entre tratados sucessivos.....	247
21	Extinção dos tratados.....	250
a)	<i>Expiração do termo pactuado</i>	252
b)	<i>Condição resolutiva</i>	252
c)	<i>Execução integral do objeto do tratado</i>	253
d)	<i>O tratado posterior</i>	254
e)	<i>Violação grave do tratado</i>	254
f)	<i>Impossibilidade superveniente e mudança fundamental das circunstâncias</i>	256
f.1)	<i>Impossibilidade superveniente de cumprimento do tratado</i>	256
f.2)	<i>Mudança fundamental das circunstâncias</i>	257
g)	<i>Rompimento das relações diplomáticas e consulares</i>	258
h)	<i>O estado de guerra</i>	258
i)	<i>Suspensão da execução de um tratado em virtude de suas disposições ou pelo consentimento das partes</i>	259
22	A denúncia dos tratados.....	260
a)	<i>A denúncia na Convenção de Viena de 1969</i>	260

	<i>b) O problema da denúncia no Direito interno brasileiro</i>	263
23	Consequências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado	269
24	A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs).....	270
	<i>a) A redação dos memorandos</i>	271
	<i>b) Inexistência de aprovação parlamentar</i>	272
	<i>c) Falta de registro nas Nações Unidas</i>	272
	<i>d) Confidencialidade</i>	273
	<i>e) Conclusão</i>	273
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986.....		273
1	Introdução	273
2	Histórico e situação atual da Convenção de 1986.....	274
3	Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986.....	275
4	Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados	276
5	Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986.....	277
	<i>a) Acordos de sede</i>	277
	<i>b) Acordos sobre privilégios e imunidades</i>	277
	<i>c) Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados</i>	277
	<i>d) Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais</i>	278
	<i>e) Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados</i>	278
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil		278
1	Introdução	278
2	A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados	281
3	O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados	288
4	O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados	294
5	Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional	299
6	Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados	301
7	Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional.....	309
8	Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados.....	310
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno.....		311
1	O caso brasileiro	311
2	Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF	313
3	Nosso posicionamento frente à posição do STF	318
4	O controle jurisdicional da convencionalidade das leis	323
	<i>a) A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano</i>	324
	<i>b) O controle de convencionalidade no Direito brasileiro</i>	328
	<i>b.1) Controle concentrado de convencionalidade</i>	329
	<i>b.2) Controle difuso de convencionalidade</i>	331
Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária		334
1	Propositura do problema.....	334

2	O art. 98 do Código Tributário Nacional.....	335
3	A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados.....	339

Capítulo VI

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1	Introdução.....	343
2	Propósito da codificação.....	343
3	A regra da Carta da ONU.....	344
4	Tentativas de codificação do Direito Internacional Público.....	346
5	Estado atual da codificação do Direito Internacional Público.....	347

PARTE II

PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

Capítulo I

OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1	Introdução.....	351
2	Classificação dos sujeitos.....	352
3	Os Estados.....	353
4	Coletividades interestatais.....	354
5	Coletividades não estatais.....	355
	a) <i>Beligerantes</i>	355
	b) <i>Insurgentes</i>	355
	c) <i>Os movimentos de libertação nacional</i>	356
	d) <i>A Soberana Ordem Militar de Malta</i>	357
6	A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano.....	358
	a) <i>A Santa Sé</i>	358
	b) <i>O Estado da Cidade do Vaticano</i>	363
	c) <i>A questão das concordatas</i>	365
7	Comitê Internacional da Cruz Vermelha.....	366
	a) <i>Gênese</i>	367
	b) <i>Funcionamento</i>	367
	c) <i>Natureza jurídica</i>	367
8	Os indivíduos.....	369
9	Sujeitos não formais do Direito Internacional.....	374
	a) <i>Empresas transnacionais</i>	374
	b) <i>A mídia global</i>	376

Capítulo II

O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Formação e Extinção do Estado.....	377
1 Introdução.....	377
2 Conceito e elementos constitutivos do Estado.....	378

a)	<i>Comunidade de indivíduos</i>	379
b)	<i>Território fixo e determinado</i>	381
c)	<i>Governo autônomo e independente</i>	384
d)	<i>Finalidade</i>	386
3	<i>Formação do Estado</i>	386
a)	<i>Fundação direta</i>	387
b)	<i>Emancipação</i>	387
c)	<i>Separação ou desmembramento</i>	388
d)	<i>Fusão</i>	389
4	<i>Reconhecimento de Estado e de governo</i>	389
a)	<i>Individual ou coletivo</i>	395
b)	<i>De direito (de jure) ou de fato (de facto)</i>	395
c)	<i>Expresso ou tácito</i>	396
d)	<i>Incondicionado ou condicionado</i>	396
e)	<i>Reconhecimentos especiais</i>	397
e.1)	<i>Reconhecimento de beligerância</i>	397
e.2)	<i>Reconhecimento de insurgência</i>	398
e.3)	<i>Reconhecimento como Nação</i>	399
e.4)	<i>Reconhecimento de governo</i>	399
e.4.1)	<i>Doutrina Tobar</i>	402
e.4.2)	<i>Doutrina Estrada</i>	402
5	<i>Classificação dos Estados</i>	403
5.1)	<i>Estados simples ou unitários</i>	404
5.2)	<i>Estados compostos</i>	404
5.2.1)	<i>Estados compostos por coordenação</i>	405
a)	<i>União Pessoal</i>	405
b)	<i>União Real</i>	406
c)	<i>União Incorporada</i>	407
d)	<i>Confederação de Estados</i>	407
e)	<i>Estado Federal</i>	408
f)	<i>Associações “sui generis”</i>	411
5.2.2)	<i>Estados compostos por subordinação</i>	412
a)	<i>Estados vassalos</i>	412
b)	<i>Estados protegidos ou protetorados</i>	413
c)	<i>Estados clientes</i>	414
d)	<i>Territórios não autônomos</i>	415
e)	<i>Territórios sob tutela</i>	416
f)	<i>Estados permanentemente neutros</i>	418
6	<i>Extinção dos Estados</i>	418
a)	<i>Anexação total</i>	419
b)	<i>Anexação parcial</i>	419
c)	<i>Fusão</i>	420
d)	<i>Divisão ou desmembramento</i>	420

7	Sucessão de Estados	420
	a) <i>Efeitos da sucessão quanto aos tratados</i>	422
	b) <i>Efeitos da sucessão quanto à nacionalidade</i>	423
	c) <i>Efeitos da sucessão quanto às obrigações financeiras</i>	424
	d) <i>Efeitos da sucessão quanto à legislação interna</i>	425
	e) <i>Efeitos da sucessão quanto ao domínio do Estado</i>	425
	f) <i>Efeitos da sucessão quanto à participação em organizações internacionais</i>	426
8	Sucessão de organizações internacionais	426
Seção II – Domínio Terrestre do Estado		427
1	Introdução	427
2	Conceito e natureza	428
3	Fronteiras e limites	429
4	Modos de aquisição de território	433
	a) <i>Ocupação</i>	433
	b) <i>Acessão</i>	435
	c) <i>Cessão</i>	436
	d) <i>Prescrição aquisitiva</i>	437
	e) <i>Conquista e anexação</i>	439
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados		440
1	Introdução	440
2	Direitos básicos dos Estados	441
	a) <i>Direito de conservação e defesa</i>	442
	b) <i>Direito à liberdade e à soberania</i>	443
	c) <i>Direito à igualdade</i>	447
	d) <i>Direito ao comércio internacional</i>	449
3	Restrições aos direitos fundamentais dos Estados	450
	a) <i>Capitulações</i>	450
	b) <i>Garantias internacionais</i>	451
	c) <i>Servidões internacionais</i>	451
	d) <i>Concessões</i>	452
	e) <i>Arrendamento de território</i>	452
	f) <i>Condomínio</i>	453
	g) <i>Neutralidade permanente</i>	455
	h) <i>Neutralização de territórios</i>	455
4	Deveres dos Estados	456
	a) <i>Deveres morais</i>	456
	b) <i>Deveres jurídicos</i>	457
5	O dever de não intervenção	457
6	A doutrina Monroe	459
7	A doutrina Drago	460
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal		462
1	Introdução	462
2	Diplomacia e serviço consular	463

3	Prerrogativas e imunidades diplomáticas.....	464
	a) <i>Prerrogativas e imunidades da missão</i>	464
	b) <i>Privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos</i>	465
	b.1) <i>Inviolabilidade pessoal e domiciliar</i>	466
	b.2) <i>Imunidade jurisdicional</i>	466
	b.3) <i>Isenção fiscal</i>	468
4	Imunidade penal do pessoal da missão diplomática.....	470
5	Privilégios e imunidades consulares.....	474
6	Imunidade de jurisdição do Estado.....	476
7	O abuso da imunidade diplomática.....	484
8	Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista.....	485
9	Imunidade de execução.....	491
	a) <i>Dos agentes do Estado</i>	492
	b) <i>Dos organismos internacionais</i>	492
	c) <i>Do próprio Estado</i>	492
Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados.....		494
1	Introdução.....	494
2	Projeto de convenção internacional da ONU.....	495
3	Conceito de responsabilidade internacional.....	496
4	Características da responsabilidade internacional.....	497
5	Proteção diplomática.....	499
6	Elementos constitutivos da responsabilidade.....	501
	a) <i>O ato internacionalmente ilícito</i>	501
	b) <i>A imputabilidade ou nexa causal</i>	502
	c) <i>O prejuízo ou dano</i>	503
7	Formas de responsabilidade internacional.....	504
8	Natureza jurídica da responsabilidade internacional.....	505
9	Órgãos internos e responsabilidade internacional.....	506
	a) <i>Atos do Executivo</i>	506
	b) <i>Atos do Legislativo</i>	508
	c) <i>Atos do Judiciário</i>	510
	d) <i>Atos dos indivíduos</i>	512
10	Prévio esgotamento dos recursos internos.....	513
11	Apresentação de reclamações.....	514
12	Excludentes da responsabilidade.....	515
	a) <i>Consentimento do Estado</i>	516
	b) <i>Legítima defesa</i>	516
	c) <i>Contramedidas</i>	517
	d) <i>Força maior</i>	517
	e) <i>Perigo extremo</i>	518
	f) <i>Estado de necessidade</i>	518
	g) <i>Renúncia do indivíduo lesado</i>	518
13	Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional.....	519

Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais	520
1 Introdução	520
2 Chefes de Estado	521
3 Ministro das Relações Exteriores	524
4 Agentes diplomáticos	525
5 Os cônsules e funcionários consulares	529
6 Delegações junto às organizações internacionais	531

Capítulo III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais	533
1 Introdução	533
2 Definição	535
3 Características	537
4 Classificação	539
5 Personalidade jurídica internacional	541
6 Processo decisório	543
a) <i>Sistema da unanimidade</i>	544
b) <i>Sistema da dissidência</i>	544
c) <i>Sistema do voto ponderado</i>	544
d) <i>Sistema da maioria simples e da maioria qualificada</i>	544
7 Diferenças de fundo	544
8 Sede da organização	545
9 Admissão de novos membros	546
10 Representação dos Estados-membros	547
11 Sanções aos Estados-membros	548
12 Retirada voluntária dos Estados-membros	550
13 Ordem jurídica das organizações internacionais	551
14 A questão das imunidades	552
15 O pessoal paradiplomático	554
Seção II – A Organização das Nações Unidas	555
1 Origem histórica	555
2 Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	556
3 Membros das Nações Unidas	557
4 Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	558
5 Os órgãos das Nações Unidas	559
a) <i>Assembleia-Geral</i>	559
b) <i>Conselho de Segurança</i>	560
c) <i>Corte Internacional de Justiça</i>	563
d) <i>Conselho Econômico e Social</i>	564
e) <i>Conselho de Tutela</i>	566
f) <i>Secretariado</i>	566

6	Organismos especializados	567
	a) <i>Organismos internacionais de cooperação econômica:</i>	568
	a.1) <i>Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)</i>	568
	a.2) <i>Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)</i>	568
	a.3) <i>Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)</i>	569
	a.4) <i>Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)</i>	569
	a.5) <i>Organização Mundial do Comércio (OMC)</i>	569
	b) <i>Organismos internacionais de cooperação social:</i>	570
	b.1) <i>Organização Internacional do Trabalho (OIT)</i>	570
	b.2) <i>Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)</i>	571
	b.3) <i>Organização Mundial de Saúde (OMS)</i>	571
	c) <i>Organismos internacionais de cooperação em comunicações:</i>	571
	c.1) <i>União Internacional de Telecomunicações (UIT)</i>	571
	c.2) <i>Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)</i>	572
	c.3) <i>União Postal Universal (UPU)</i>	572
	c.4) <i>Organização Marítima Internacional (OMI)</i>	572
	d) <i>Organismos internacionais de finalidade específica:</i>	573
	d.1) <i>Organização Meteorológica Mundial (OMM)</i>	573
	d.2) <i>Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)</i>	573
	d.3) <i>Organização Mundial do Turismo (OMT)</i>	574
	d.4) <i>Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)</i>	574
7	Revisão da Carta da ONU	575
Seção III – Organizações Regionais e Supranacionais		575
1	Organizações regionais	575
2	Organizações supranacionais	576
3	A União Europeia	578
4	Mercado Comum do Sul (Mercosul)	580
5	União das Nações Sul-Americanas (Unasul)	586
Seção IV – Organização dos Estados Americanos		589
1	Introdução	589
2	Estrutura da Carta da OEA	590
3	Natureza, propósitos e princípios	590
4	Membros da OEA	591
5	Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA	592
6	Solução pacífica de controvérsias	593
7	Órgãos da OEA	594
	a) <i>Assembleia-Geral</i>	594
	b) <i>Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores</i>	595

c) <i>Os Conselhos</i>	595
d) <i>Comissão Jurídica Interamericana</i>	597
e) <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>	597
f) <i>Secretaria-Geral</i>	598
8 Conferências especializadas.....	599
9 Organismos especializados.....	599

Capítulo IV

OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Seção I – Nacionalidade do Indivíduo.....	601
1 Jurisdição do Estado.....	601
2 Conceito de nacionalidade.....	601
3 Nacionalidade e cidadania.....	605
4 Nacionalidade originária e adquirida.....	608
5 A nacionalidade de origem.....	615
a) <i>Jus sanguinis</i>	616
b) <i>Jus soli</i>	616
c) <i>Sistema misto</i>	617
6 Aquisição da nacionalidade.....	617
a) <i>Aquisição pelo casamento</i>	617
b) <i>Aquisição pela naturalização</i>	618
7 A nacionalidade brasileira.....	621
a) <i>Brasileiros natos</i>	621
b) <i>Brasileiros naturalizados</i>	631
8 Perda da nacionalidade brasileira.....	635
a) <i>Causas de perda da nacionalidade brasileira</i>	636
b) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro nato</i>	637
c) <i>Perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado</i>	639
9 Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	641
10 Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses.....	644
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro.....	646
1 Conceito de estrangeiro.....	646
2 Admissão do estrangeiro no território nacional.....	648
3 Títulos de ingresso dos estrangeiros.....	649
4 Direitos dos estrangeiros.....	653
5 Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal.....	656
a) <i>Repatriação</i>	657
b) <i>Deportação</i>	658
c) <i>Expulsão</i>	660
6 Extradicação.....	665
a) <i>Conceito e entendimento</i>	665
b) <i>Fontes do direito extradicional</i>	666
c) <i>Natureza jurídica</i>	668

d)	<i>Condições gerais para a concessão</i>	668
e)	<i>Modalidades de extradição</i>	669
f)	<i>Extradição sem tratado</i>	670
g)	<i>Procedimento extradicional no Brasil</i>	673
h)	<i>Extradição monocrática</i>	679
i)	<i>Entrega do extraditando ao Estado requerente</i>	680
j)	<i>Casos de vedação da extradição</i>	681
k)	<i>O problema da prisão perpétua e da pena de morte</i>	683
l)	<i>Transferência de execução da pena</i>	685
7.	Asilo territorial e asilo diplomático.....	685
a)	<i>Asilo territorial</i>	686
b)	<i>Asilo diplomático</i>	689
8	Refúgio.....	693
a)	<i>Regulamentação internacional</i>	695
b)	<i>Regulamentação interna</i>	697

PARTE III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

Capítulo I ZONAS POLARES

1	Introdução.....	703
2	O Polo Norte.....	703
3	A Antártica.....	705

Capítulo II O MAR

Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua.....	709	
1	Introdução.....	709
2	Águas interiores.....	711
3	Mar territorial.....	714
a)	<i>Conceito</i>	714
b)	<i>Passagem inocente</i>	715
c)	<i>Delimitação</i>	717
4	Zona contígua.....	718
5	Estreitos.....	719
6	Canais internacionais.....	720
7	Estados Arquipélagos.....	721
8	Situação jurídica dos navios.....	722
a)	<i>Embarcações públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)</i>	723
b)	<i>Embarcações privadas brasileiras (ou públicas quando utilizadas para fins comerciais)</i>	724
c)	<i>Embarcações públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do Governo estrangeiro)</i>	724
d)	<i>Embarcações privadas estrangeiras</i>	724

Seção II – Zona Econômica Exclusiva	725
1 Entendimento	725
2 Regulamentação internacional e interna.....	725
3 Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro.....	726
4 Direitos de terceiros Estados.....	727
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos	728
1 Plataforma continental	728
2 Fundos marinhos.....	730
Seção IV – Rios Internacionais.....	731
1 Conceito.....	731
2 Exercício da jurisdição estatal.....	733
3 Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata.....	733
4 Outros regimes internacionais.....	734
Seção V – O alto-mar.....	735
1 Importância da matéria	735
2 Conceito de alto-mar	735
3 O regime jurídico do alto-mar.....	736
a) <i>Liberdade de navegação e sobrevoo</i>	736
b) <i>Liberdade de pesca</i>	736
c) <i>Direito de efetuar instalações de cabos submarinos e oleodutos</i>	737
d) <i>Direito (limitado) de aproveitamento dos recursos existentes no fundo do mar e no subsolo correspondente</i>	737
4 Limites à liberdade do alto-mar	737
5 Acesso ao alto-mar pelos Estados sem litoral.....	738
6 Deveres dos Estados no alto-mar	739

Capítulo III

O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO

Seção I – O Espaço Aéreo.....	741
1 Introdução.....	741
2 Normativa internacional	741
3 Princípios elementares.....	742
4 As cinco liberdades do ar	743
5 Situação jurídica das aeronaves	744
a) <i>Aeronaves públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)</i>	745
b) <i>Aeronaves privadas brasileiras (ou estatais que se destinam à atividade privada)</i>	745
c) <i>Aeronaves públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i> ..	746
d) <i>Aeronaves privadas estrangeiras</i>	746
6 Segurança no ar	746
Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico.....	746

1	Origens da regulamentação internacional	746
2	Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico	747
3	Normativa internacional	747

PARTE IV

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Seção I – O Direito Internacional dos Direitos Humanos	751	
1	Generalidades	751
2	Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos	752
	a) <i>Direitos do homem</i>	752
	b) <i>Direitos fundamentais</i>	752
	c) <i>Direitos humanos</i>	752
3	Características dos direitos humanos	755
	a) <i>Historicidade</i>	755
	b) <i>Universalidade</i>	755
	c) <i>Essencialidade</i>	755
	d) <i>Irrenunciabilidade</i>	755
	e) <i>Inalienabilidade</i>	755
	f) <i>Inexauribilidade</i>	755
	g) <i>Imprescritibilidade</i>	756
	h) <i>Vedação do retrocesso</i>	756
4	A questão das “gerações” (ou dimensões) de direitos	756
5	Críticas ao sistema geracional de direitos	758
6	Gênese do direito internacional dos direitos humanos	759
7	O Direito Internacional dos Direitos Humanos	761
8	Tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	765
	a) <i>As incongruências do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	770
	b) <i>Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3º do art. 5º da Constituição?</i>	774
	c) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/2004</i>	780
	d) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda nº 45/2004)</i>	790
	e) <i>Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	792
9	Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas	793
Seção II – O Direito da Carta da ONU	796	
1	A regra das Nações Unidas	796

2	Ausência de definição da expressão “direitos humanos”	798
3	Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	798
Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos.....		799
1	Introdução	799
2	Estrutura da Declaração Universal.....	800
3	Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948	802
4	Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural	804
5	Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948.....	807
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966.....		808
1	A criação dos mecanismos de proteção.....	808
2	Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos	810
3	Protocolo Facultativo ao Pacto sobre Direitos Cívicos e Políticos.....	813
4	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	815
5	Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	819
6	Plano das seções seguintes	820
Seção V – Sistema Regional Interamericano		820
1	Introdução	820
2	Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	822
3	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	825
4	Corte Interamericana de Direitos Humanos	830
5	Processamento do Estado perante a Corte.....	834
6	Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH.....	837
7	O problema da execução das sentenças da CIDH no Brasil.....	839
8	Eficácia da sentença para terceiros Estados	843
Seção VI – Sistema Regional Europeu.....		845
1	Introdução	845
2	A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	847
3	A Corte Europeia de Direitos Humanos	852
4	Aperfeiçoamento institucional do sistema europeu	861
5	Simetrias e assimetrias entre os sistemas europeu e interamericano de direitos humanos	864
6	Conclusão	866
Seção VII – Sistema Regional Africano.....		866
1	Introdução	866
2	A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	867
3	A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	872
4	A Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	874
5	Conclusão	877
Seção VIII – Direitos Humanos no Mundo Árabe		877
1	Introdução	877
2	Desenvolvimento.....	878

3	Instrumentos.....	879
4	Órgãos de proteção.....	879
5	Conclusão.....	880
Seção IX – Direitos Humanos na Ásia.....		880
1	Introdução.....	880
2	Declaração de Direitos Humanos da ASEAN.....	880
3	Inefetividade da proteção.....	881
Seção X – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....		881
1	Introdução.....	881
2	Precedentes históricos da criação do TPI.....	882
3	Criação e características do TPI.....	888
4	Estrutura e funcionamento do TPI.....	891
5	Competência material do TPI.....	895
	a) <i>Crime de genocídio</i>	896
	b) <i>Crimes contra a humanidade</i>	897
	c) <i>Crimes de guerra</i>	898
	d) <i>Crime de agressão</i>	900
6	A regra da responsabilidade penal individual.....	902
7	As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira	905
	a) <i>A entrega de nacionais ao TPI</i>	905
	b) <i>A pena de prisão perpétua</i>	908
	c) <i>A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função</i>	910
	d) <i>A questão da reserva legal</i>	910
	e) <i>A questão do respeito à coisa julgada</i>	911
8	Conclusão.....	912

Capítulo II

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seção I – O Fenômeno da Proteção Internacional do Meio Ambiente.....		915
1	Introdução.....	915
2	Emergência e maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente.....	917
3	Instrumentos internacionais de proteção.....	921
4	Recurso às regras do Direito Internacional clássico.....	922
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente.....		923
1	Introdução.....	923
2	Rol das fontes formais.....	923
	a) <i>Tratados internacionais</i>	923
	b) <i>Costume internacional</i>	925
	c) <i>Princípios gerais de direito</i>	925
	d) <i>Doutrina e jurisprudência internacionais</i>	926
	e) <i>Decisões e resoluções das organizações internacionais</i>	926

3	Reavaliação das fontes.....	927
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos		928
1	O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	928
2	A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	931
3	A positivação do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano.....	933
4	A proteção do meio ambiente nas instâncias regionais de direitos humanos	933
	a) <i>Sistema regional interamericano</i>	934
	b) <i>Sistema regional europeu</i>	935
5	Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumentos internacionais.....	937

PARTE V DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Capítulo I NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Trabalho		943
1	Introdução	943
2	Fundamentos.....	945
3	Objetivos	946
4	A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho	946
5	Padrões trabalhistas mínimos e <i>dumping social</i>	947
	a) <i>Posição dos países desenvolvidos</i>	948
	b) <i>Posição dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento</i>	950
	c) <i>A alternativa do “selo social”</i>	951
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT).....		951
1	Introdução	951
2	Finalidades	952
3	Competência	954
4	Natureza jurídica	954
5	Membros.....	955
6	Estrutura orgânica.....	956

Capítulo II CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT

Seção I – As Convenções da OIT		961
1	Considerações gerais.....	961
2	Conceito de convenção.....	961
3	Natureza jurídica	963
4	Método negocial	964
5	Vigência internacional.....	964

6	Integração ao Direito brasileiro.....	965
7	Incorporação material e formal.....	969
8	Primazia da norma mais favorável.....	971
9	Interpretação das convenções.....	973
Seção II – As Recomendações da OIT.....		973
1	Conceito de recomendação.....	973
2	Natureza jurídica.....	975
3	Integração ao Direito brasileiro.....	975

PARTE VI CONFLITOS INTERNACIONAIS

Capítulo I SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias.....		979
1	Introdução.....	979
2	Conceito de controvérsias internacionais.....	979
3	Finalidade da matéria.....	980
4	Regra das Nações Unidas.....	981
5	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.....	982
6	Hierarquia dos meios de solução de controvérsias.....	983
Seção II – Meios Diplomáticos.....		984
1	Características da solução diplomática.....	984
2	Negociação direta.....	984
3	Bons officios.....	985
4	Sistema de consultas.....	986
5	Mediação.....	986
6	Conciliação.....	987
7	Inquérito.....	988
Seção III – Meios políticos.....		989
1	Entendimento.....	989
2	Mecanismos de controle.....	989
3	A regra da não ingerência em assuntos internos.....	990
Seção IV – Meio Semijudicial (Arbitragem).....		994
1	Diferenças conceituais.....	994
2	A arbitragem internacional.....	995
3	Os árbitros.....	996
4	Cláusula arbitral.....	997
5	O processo arbitral.....	997
6	Laudo arbitral.....	998
7	Formas de arbitragem.....	999

Seção V – Meios Judiciais.....	999
1 Introdução	999
2 A Corte Internacional de Justiça	1001
a) <i>Regras sobre os juízes</i>	1002
b) <i>Competência contenciosa e consultiva</i>	1002
c) <i>Competência em razão da matéria</i>	1005
d) <i>Aceite à jurisdição contenciosa</i>	1005
e) <i>Sentença da Corte</i>	1006
f) <i>Idiomas oficiais</i>	1007
3 Tribunais regionais e especializados	1007
4 Consentimento estatal	1008
Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos.....	1009
1 Finalidade dos meios coercitivos.....	1009
2 Retorsão	1009
3 Represálias	1011
4 Embargo.....	1011
5 Boicotagem.....	1012
6 Bloqueio pacífico	1013
7 Rompimento das relações diplomáticas	1013
8 Sanções coletivas internacionais.....	1013

Capítulo II GUERRA E NEUTRALIDADE

Seção I – A Guerra	1015
1 Introdução	1015
2 Guerra e tecnologia	1015
3 Brevíssima gênese da guerra	1016
4 Definição de guerra.....	1017
5 Proibição jurídica da guerra.....	1017
6 As leis da guerra.....	1020
7 A declaração de guerra	1021
8 Efeitos da declaração de guerra	1022
9 As hostilidades	1022
10 Término da guerra.....	1023
11 A legítima defesa.....	1024
12 Crimes de guerra	1028
13 O terrorismo em Direito Internacional.....	1029
Seção II – A Neutralidade	1032
1 Conceito de neutralidade	1032
2 Críticas ao sistema da neutralidade	1033
3 Neutralidade e neutralização	1034
4 Formas de manifestação	1035

5	Neutralidade nas organizações internacionais	1035
6	O futuro do sistema de neutralidade	1035
	Referências Bibliográficas	1037
	Obras do Autor	1103